

Assim não dá *Com. Brasil*

Durante algum tempo, a partir da nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda e da disposição do presidente Itamar Franco de parar de dar palpites sobre tudo, especialmente sobre temas ligados à política econômica, o governo federal deu a impressão de que falava uma linguagem única e navegava todo ele no mesmo rumo. Não se via mais, pelo menos de público, o choque constante entre ministros e entre o presidente e seus ministros, nem os avanços e recuos de seus principais homens, que num dia anunciavam uma coisa e no outro se desdiziam, comportamentos que geraram enorme confusão e várias vezes assustaram os agentes econômicos. Parecia haver governo em Brasília.

Mas, de uns dias para cá, as divergências entre ministros voltaram a aparecer e a algaravia na administração federal tornou-se novamente um foco de tensão para a sociedade, com todo mundo no governo falando o que bem entende e dando palpites sobre tudo. Sem falar nos boicotes abertos a algumas políticas anunciadas pelo ministro da Fazenda que, em segunda ordem, são também as políticas do presidente da República. E o que é mais grave: tudo isso está acontecendo sob um preocupante silêncio do sr. Itamar Franco, que não abre a boca agora nem para colocar ordem na casa. Com isso aumenta a sensação de que não temos, na capital federal, um governo, mas vários governos. E que não se entendem entre si.

Quando estive na reunião do Fundo Monetário Internacional, por exemplo, o ministro Fernando Henrique anunciou que no seu plano de redução do déficit público está a suspensão das transferências voluntárias de recursos da União para os Estados e municípios e o corte de alguns incentivos fiscais, o que poderia levar até ao fechamento dos Ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social. Imediatamente o ministro Alexandre Costa iniciou um *lobby* no Congresso Nacional para contrariar as pretensões de Fernando Henrique. E, ao que tudo indica, conseguiu, porque o presidente Itamar Franco não se manifestou a favor da posição do ministro da Fazenda e porque a própria equipe do Ministério da Fa-

zenda não tocou mais nesse assunto.

Agora, enquanto o ministro Fernando Henrique e sua equipe acertam os últimos detalhes para anunciar, já com um certo atraso em relação ao cronograma que eles mesmos haviam estabelecido, as novas regras do Programa Nacional de Desestatização, com o objetivo de torná-lo mais ágil e mais amplo, o ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, contesta abertamente as idéias de seu colega da Fazenda. E anuncia que a privatização das hidrelétricas ainda em construção, como a de Xingó e a da Usina Nuclear Angra II, como pretendia Fernando Henrique, não acontecerá. A Petrobrás, também andando na contramão da privatização, acaba de forçar a Shell a vender sua participação na Bahiagás. Segundo o presidente da Shell, Omar Carneiro, a Petrobrás se negou a garantir o fornecimento de gás para a Bahiagás, o que levou o governador Antônio Carlos Magalhães a solicitar à empresa que saísse do negócio para não prejudicar a Bahia. A participação da Shell no empreendimento foi, então, comprada por ninguém menos do que a Petrobrás Distribuidora.

Outra trombada dentro do governo: enquanto o ministro da Fazenda fala em racionalizar os gastos com pessoal e sugere até, na revisão constitucional, o fim da estabilidade no emprego para o funcionalismo público, há áreas muito próximas do presidente da República trabalhando pela readmissão dos 98 mil funcionários demitidos na gestão Fernando Collor. E, para complicar, as empresas estatais ficaram completamente livres para praticar o aumento salarial que quiserem, depois que o ministro Alexis Stepanenko recuou de sua ameaça de punir os dirigentes dessas empresas que, em setembro, concederam reajustes além do que permite um decreto do próprio presidente Itamar Franco.

Completa este quadro nada animador a total desarticulação do governo em relação à revisão da Constituição: já está muito evidente que ele não sabe direito o que quer e não tem um conjunto de propostas de mudanças no texto constitucional para discutir com os partidos e defender na Assembleia Revisora.

Como costuma dizer Fernando Henrique, assim não dá!

JORNAL DA TARDE 13 OUT 1993